

Até 2030, o que precisa mudar?

SÃO PAULO TEM PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, APROVADO DESDE 2010; SABESP E PREFEITURA RELATAM PANORAMA DOS SERVIÇOS DE ESGOTO E DE ACESSO À ÁGUA NA CIDADE

RENATA MORAES
jornalismorenata@gmail.com

O saneamento básico compreende, segundo definição da Lei n.º 11.445/2007, o conjunto de serviços e infraestruturas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente a fim de promover a saúde, prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

Cada município possui um planejamento para o avanço dos sistemas de saneamento no seu território. Na cidade de São Paulo, o Plano Municipal de Saneamento Básico foi elaborado pela Prefeitura, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação. Concluído em 2010, tem um horizonte de planejamento de 20 anos, ou seja, até 2030.

As maiores demandas de saneamento básico na Cidade estão localizadas na chamada “cidade informal”, que é a parcela do território municipal que concentra as ocupações irregulares e favelas. “Nesses locais, é necessária a atuação da Prefeitura para urbanização e regularização das áreas, implantando infraestrutura de serviços públicos (drenagem, coleta de lixo etc.), em conjunto com a Sabesp, responsável pela infraestrutura de água e esgoto”, informou, ao **O SÃO PAULO**, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, por meio de sua assessoria de imprensa.

São nessas áreas irregulares que a falta do saneamento básico prejudica especialmente a população, sobretudo nos períodos de chuvas, com alagamentos e enchentes resultando em elevado número de desabrigados. A falta de acesso à água potável e o tratamento inadequado do esgoto também podem gerar o aumento de doenças.

“Há impactos na vida da população, pois quatro entre dez brasileiros que vivem nas cidades moram em áreas ainda sem saneamento básico. A falta de rede de esgoto é um problema que facilita a proliferação de doenças, entre elas as transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*”, afirmou Beloyanis Monteiro, 62, mobilizador social do movimento Rede Nossa São Paulo.

Em nota enviada à reportagem, a Prefeitura de São Paulo destacou que estão sendo executadas intervenções de urbanização em favelas e loteamentos irregulares a fim de proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico e intervenção com implantação de redes de água e de esgoto, drenagem, pavimentação e demais serviços de infraestrutura pertinentes a cada área. “As ações abrangem, ainda, a viabilização da produção de habitações de interesse social no âmbito do progra-

ma ‘Minha Casa Minha Vida’, bem como ações de regularização fundiária que objetivam incorporar essas áreas à chamada ‘cidade formal’”.

REGULARIZAR PARA MELHORAR

A cidade de São Paulo possui 11.967.825 habitantes, segundo dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do total de domicílios na Cidade, 93,5% possuem água tratada, conforme dados da Sabesp. Já a coleta de esgotos no Município chega a 84,5% dos domicílios, enquanto o tratamento atinge 75% do total de esgotos coletados.

Em visita à Cúria Metropolitana, em 23 de fevereiro, Jerson Kelman, presidente da Sabesp, reuniu-se com o Cardeal Odilo Pedro Scherer, arcebispo metropolitano, para manifestar o apoio da Companhia às ações da Igreja na Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016.

“As cidades do interior de São Paulo que são abastecidas pela Sabesp possuem quase 100% de coleta e tratamento de esgoto, mas na região metropolitana ainda há muito a se fazer”, afirmou Kelman em entrevista à reportagem. Especialista em Hidrologia e Recursos Hídricos, ele garante que não há dificuldades tecnológicas para melhorar os serviços. “Temos muitos projetos, temos a capacidade técnica. A principal restrição é a capacidade financeira de investimentos”, disse, complementando que os valores que a Sabesp investe para as obras de coleta e tratamento de esgoto são retiradas dos pagamentos das contas de água dos consumidores.

No início deste ano, a Sabesp lançou uma campanha para instalar as redes de água para 120 mil imóveis construídos em área informal na Grande São Paulo, sendo 70 mil destes na Capital. “A operação visa garantir água de qualidade para quase 400 mil pessoas que hoje fazem ‘gatos’ para se abastecer”, informou a Companhia, em nota. O objetivo da medida é diminuir as perdas com vazamentos, já que as mangueiras puxadas para levar água a esses imóveis furam com o tempo e podem permitir a entrada de sujeira.

Jerson Kelman destacou que nos últimos anos, a Sabesp tem investido R\$ 3 bilhões anuais para a despoluição dos rios em São Paulo. “Os rios Tietê e Pinheiros, embora poluídos, hoje estão menos poluídos do que eram no passado. Esse progresso se dá lentamente. Exemplo disso é que os rios de grandes metrópoles, como o rio Sena, em Paris, ficaram limpos ao longo de um processo de muitos anos”.

‘À LUZ DA FÉ, POR POLÍTICAS PÚBLICAS E ATITUDES RESPONSÁVEIS’

Discutir as políticas públicas de melhorias para a população no que se refere ao saneamento básico é dever de todos. Sobre tudo no ano em que a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016 pede que os direitos ao saneamento básico para todas as pessoas sejam assegurados, “à luz da fé, por políticas públicas e atitudes res-

ponsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa Casa comum”, indica o texto-base da CFE 2016.

“A Campanha tem um papel fundamental, pois a Igreja tem capilaridade e pode sensibilizar toda a comunidade. Quando falamos de saneamento básico, estamos falando de saúde, que é o nosso maior problema”, recordou Beloyanis Monteiro.

Para Jerson Kelman, é necessário levar também a discussão para a agenda política. “Até recentemente, se imaginava que obra enterrada, como é o caso das obras de saneamento, não gera votos, mas a Campanha da Fraternidade certamente mostrará às pessoas que obra enterrada é

sim importante para a saúde e certamente terá um efeito de mudar a percepção da população no geral, e da classe política em particular”.

Tanto a Prefeitura de São Paulo quanto o Governo do Estado salientaram que a população pode auxiliar nas melhorias do saneamento básico, integrando os conselhos participativos existentes e colaborando no uso racional da água e dos recursos naturais.

A integra do Plano Municipal de Saneamento Básico, documento que é público, está disponível no site da Secretaria da Habitação da Prefeitura de São Paulo (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao>).



Saneamento, um direito básico

EDCARLOS BISPO
edbsant@gmail.com

Você sabia que, de acordo com o Instituto Trata Brasil, apenas 48,6% da população brasileira têm acesso à coleta de esgoto, o que significa que mais de 100 milhões de brasileiros estão privados desse serviço? E também que nas cem maiores cidades do País, mais de 3,5 milhões brasileiros, mesmo tendo redes coletoras disponíveis, despejam seus rejeitos em rios, riachos e córregos sem tratamento? Ou ainda, que mais da metade das escolas brasileiras não estão conectadas a uma rede de esgoto e que esta situação também é constatada em 12% das obras do PAC?

Ainda conforme o Instituto, aproximadamente 450 mil pessoas em 15 municípios paulistas têm disponíveis os serviços de coleta dos esgotos, porém não estão ligados às redes, e, portanto, despejam seus rejeitos de forma inadequada no meio ambiente.

Para trazer luzes sobre essas questões, neste ano, com a Campanha da Fraternidade Ecumênica – Casa comum, nossa responsabilidade, a Igreja entrou no debate sobre a importância do saneamento básico para a vida dos seres humanos e do planeta. “Se para um morador de uma cidade grande, numa metrópole, já é difícil pensar no tema, imagine um morador de uma cidade minúscula no

interior do Brasil? É praticamente impossível fazer uma reflexão sobre o que é saneamento básico e quais os problemas que a falta disso causa às famílias. Contudo, com a chegada das Igrejas inserindo esse tema nas discussões teológicas, o debate ganha corpo e voz, atinge àqueles que precisam ser atingidos e garante uma pressão maior para cima dos políticos brasileiros, que se sentem, assim, na obrigação de sanar uma parte do problema”, afirmou Edison Carlos, presidente-executivo do Instituto Trata Brasil e um dos responsáveis pela elaboração do texto-base da CFE 2016.

O Brasil possui um Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que prevê metas e ações de saneamento básico para o País nos próximos 20 anos. Porém, o químico industrial Edison Carlos alerta que, das várias metas estabelecidas, a que mais se aproximou é o abastecimento de água, pois o Plansab estimava que até 2010, 90% da população já teria este serviço. Dados de 2014 mostram que quase 84% da população dispõe desse abastecimento.

“Os indicadores de coleta e tratamento dos esgotos ainda estão muito distantes dos propostos pelo Plansab. Enquanto estima-se que até 2018, mais de 75% da população teria esse serviço, os números não ultrapassaram a casa dos 49% em 2014, assim como os esgotos tratados, que hoje estão em 40%, estimava-se que estariam tratados em 69% até 2018”, informou.

Uma das barreiras para a melhoria das questões de saneamento está, justamente, na compreensão que as pessoas têm disso. De acordo com Edison, saúde é um direito pedido constantemente em eleições pelo País, já o saneamento não é visto como um direito básico, porém deveria, pois previne doenças e diminui gastos públicos com internações.

Para o Professor Doutor Gustavo de Oliveira Coelho de Souza, coordenador do Curso de Geografia da PUC-SP, no Brasil “existiu uma nefasta tradição nas políticas municipais que dizia que ‘obras enterradas não trazem votos’, ou seja, que não valia a pena politicamente fazer obras de saneamento básico, porque ninguém as via e, portanto, elas não renderiam votos”, afirmou em entrevista ao **O SÃO PAULO**.

O saneamento é transversal. Quando não há, afeta todos os setores sociais e econômicos, desde o turismo até à saúde. Porém, quando existe, a cidade melhora como um todo, empregos são gerados, há retenções de gastos públicos na área da saúde e uma melhora ambiental significativa. “É certo que quem vive em áreas precárias tem mais consciência de que a falta de saneamento está presente devido ao forte odor e às doenças geradas nas crianças, mas, ainda assim, são poucos aqueles que associam falta de saneamento com a prevenção de saúde”, afirma Edison.

COMO MUDAR ESSE QUADRO

Após a lei 11.445/2007, o saneamento básico passa a ser de responsabilidade do prefeito, que deve definir as estratégias e diretrizes do saneamento numa cidade, assim como a elaboração de um Plano Municipal de Saneamento Básico para que os recursos públicos sejam garantidos.

Para Edison, é preciso que cada município faça seu plano municipal de saneamento básico, com a elaboração de bons projetos. “Muitas vezes, os municípios não conseguem nem uma coisa nem outra. Mesmo com projetos, é importante que a cidade tenha o apoio do governador, seja com recursos, seja com apoio técnico e político. Uma vez que o projeto esteja em Brasília, o Ministério das Cidades ou a Funasa [Fundação Nacional de Saúde], dependendo do tamanho do município, o analisará para contemplar com recursos. O Governo federal precisa, do seu lado, dar mais agilidade à análise dos projetos e envio dos recursos”, afirmou.

No último Ranking do Saneamento, com base nos cem maiores municípios do Brasil, publicado em 2015 (com dados de 2013), o município de São Paulo ocupou a 34ª posição, atrás de capitais como Campo Grande (MS), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR).

AÇÕES QUE DÃO CERTO

No artigo: “Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI”, publicado em 2010 na *Revista de Administração Pública*, é citado um estudo da Organização Mundial da Saúde, mostrando que cada dólar investido na melhoria do saneamento para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio gera, em média, um benefício econômico de US\$ 12.

O mesmo artigo cita como exemplo de projeto o “Água Limpa”, implantado em 31 de maio de 2005 e coordenado pela Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento (Serhs) do Estado de São Paulo. O Projeto recebe verbas provenientes do orçamento do setor da saúde e tem por objetivo recuperar a qualidade das águas, melhorando a qualidade de vida dos habitantes dos municípios, bem como os indicadores de saúde pública e desenvolvimento da cidade, com o investimento e a implantação de obras de tratamento de efluentes urbanos em municípios de até 30 mil habitantes, que não são atendidos pela Sabesp.

Há ainda o Prodes, da Agência Nacional de Águas (ANA), do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, “também é conhecido como ‘programa de compra de esgoto tratado’, que pode ser considerado uma iniciativa inovadora, uma vez que não financia obras ou equipamentos, mas paga pelos resultados alcançados pelo esgoto efetivamente tratado”, informa o artigo.



Fotos: Luciney Martins/O SÃO PAULO

